

REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO À PRODUÇÃO
CIENTÍFICA

**Pai Rico, Filho Nobre, Neto Pobre –
modo de vida de três gerações de uma família paulista, 1836-1913**

Estudante

Leonardo Augusto de OLIVEIRA¹

Professores orientadores

Luís Roberto da Rocha de FRANCISCO²

Coordenação do Curso

Milena Fernandes MARANHÃO

Coordenadora de Pesquisa

Milena Fernandes MARANHÃO

Reitor

Marcel Fernando Inácio CARDOZO

Itu, SP, 2020

RESUMO

¹ Aluno líder do grupo e estudante do 5º. Semestre do Curso de História, email: leosillveira@outlook.com

² Orientador do trabalho. Professor do Curso de História, email: luis.defrancisco@uol.com.br

O presente artigo pretende fazer uma análise micro-histórica dos arrolamentos dos bens dos inventários post-mortem de três gerações de uma família rural paulista do século XIX, compreendendo especificamente o período 1837-1913, marcado por grandes mudanças nos cenários econômico, político, social e cultural do Brasil. Constatam-se muitas permanências e algumas mudanças na vida material das famílias, de fortes traços da vida rural paulista. O uso de inventários como documento histórico torna-se cada vez mais importante para os estudos no campo da História Cultural, e o diálogo estabelecido com outras fontes, por meio da metodologia micro-histórica, produz informações cada vez mais renovadas sobre famílias e seu modo de vida no ambiente rural do passado brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Família; Micro-história; Modo de vida; Inventários; Cultura Material.

Inventários ao microscópio

Entre tantos documentos que o passado deixou, como testamentos, maços de população, registros paroquiais e civis, processos criminais e outros, os inventários post-mortem³ são fontes de grande contribuição para se compreender o modo de vida de uma pessoa ou de uma família. Por meio deles pode-se conhecer o que era de uso doméstico, o que possuíam como fonte de renda e de alimentação, e até mesmo objetos que revelam passatempos e hábitos comuns da época. “Os relatos são minuciosos. É como se tivéssemos em mãos uma câmera indiscreta vasculhando os meandros da casa, o vestuário, o mobiliário, o vasilhame, a despensa, o quintal, o sítio, as datas de minerar e, sobretudo a mão-de-obra” (MAGALHÃES, 1989, pp. 31-32).

Nesse sentido, a riqueza de informações que os inventários podem trazer para os estudos em relação à sociedade e seu funcionamento despertou nosso interesse em compreender o que estes documentos podem revelar sobre o passado, pois, no entender dos autores Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch, “para o historiador, o documento atinge valor pela teia social que o envolve e pelo que revela de mais amplo de uma época e de uma sociedade” (PINSKY; LUCA, 2009, p. 21). E, para outra autora, “[...] os inventários são

³ Porque feitos após a morte dos indivíduos.

indispensáveis para compor um quadro – social, cultural e econômico – que dificilmente é encontrado em outros documentos históricos” (MARTINEZ, 2011, p. 420).

Este é o objetivo principal deste artigo: conhecer o modo de vida de uma família rural paulista do século XIX, por meio dos bens arrolados num inventário, e identificar mudanças e permanências entre uma geração e outra. O patrimônio que é deixado sofre alterações nas mãos dos herdeiros, ou ganha continuidade.

Autores, pertencentes à historiografia brasileira, desde Alcântara Machado (1980) e Sérgio Buarque de Holanda (1994) até Eni de Mesquita Samara (2005), Carlos Bacellar (1997) e Júnia Ferreira Furtado (2009), em seus estudos, têm oferecido grande valor aos inventários, tornando-os fontes imprescindíveis para a compreensão do valor oferecido aos objetos de uso do cotidiano, bem como dos bens patrimoniais das famílias brasileiras ao longo do tempo. Para Júnia Furtado, por exemplo, os inventários “ajudam a formar um retrato bastante revelador da vida do falecido e da sociedade que o cercava” (PINSKY; LUCA, 2009, p. 115).

Por meio de uma abordagem micro-histórica é possível fazer uma análise minuciosa dos dados encontrados nos inventários, nos quais podemos identificar semelhanças e diferenças entre um documento e outro, pertencente à mesma família, compondo, assim, um painel do modo de vida, o que contribui para uma visão mais detalhada de determinado clã, no caso aqui discutido, da população rural paulista, contribuindo também, desta forma, para a abordagem de uma história regional.

Nas palavras do historiador italiano Giovanni Levi, a prática micro-histórica “é essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (BURKE, 1992, p. 136). Ou seja, ao invés de se querer entender o todo, a prática micro-histórica busca pinçar um nome, uma família ou mesmo uma localidade para se ter mais uma das muitas interpretações desse todo. O nome, aliás, é uma das muitas pistas que auxiliam na análise de uma micro-história:

Mas se o âmbito da investigação for suficientemente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-

nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. *O fio de Ariadna que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome* (GINZBURG & PONI, 1991, p. 173) (grifo nosso).

Entretanto, para o britânico Peter Burke, o “grande problema [da micro-história] é analisar a relação entre a comunidade e o mundo externo a ela”, afinal, não se trata de uma biografia no sentido literal, mas de um recorte específico que deve, principalmente, servir à compreensão mais ampla sobre um determinado tema (BURKE, 2008, p. 64).

Descobrir aspectos curiosos da vida cotidiana de um tataravô, por meio das informações encontradas no inventário, é, com certeza, motivo de satisfação pessoal para o pesquisador. Porém, trazer o estudo para o conhecimento da comunidade científica, e até mesmo do público geral, exige discussões que, se não comparativas, pelo menos avaliativas de uma das muitas faces de determinada sociedade.

Sendo assim, extrair elementos de um inventário post-mortem não deve ser uma tarefa a ser feita esparsamente, mas sim, obedecendo a uma problemática específica. No caso da nossa pesquisa, o arrolamento da tralha doméstica que aparece em um número bastante expressivo de inventários do século XIX, torna-se uma fonte interessante para se estudar a vida material do cotidiano dos paulistas que viveram nessa época.

Todavia, Júnia Ferreira Furtado ressalta que deve se considerar a “possibilidade de haver distorções nas informações”, mesmo sendo esse um documento de caráter oficial, regido por determinações das Ordenações Filipinas (em vigor até 1916, substituídas pelo Código Civil Brasileiro). E argumenta que “conforme os interesses dos herdeiros, muitos bens são omitidos e vários outros são super ou subavaliados” (PINSKY; LUCA, 2009, p. 106).

Outra ressalva a ser considerada na utilização desse tipo de documentação em pesquisa histórica é a questão da relevância dos indivíduos inventariados, “que representam apenas uma parcela de dada população e não o seu total – e ao fato de serem a expressão de um momento estanque da trajetória de um indivíduo, e não *a síntese de sua vida*” (COSTA, 2013, p. 7) (grifo nosso).

E, dentro do campo de estudos da chamada Cultura Material, a pesquisa em inventários post-mortem pode trazer à tona um painel quase que completo da vida cotidiana e doméstica das famílias. Na concepção das autoras Eni de Mesquita Samara e Ismênia Tupy:

A cultura material, por sua vez, apoiada em análises de inventários e testamentos, extrapola os limites da análise do patrimônio econômico do indivíduo, da família ou de uma determinada categoria ou classe social. Ao agregar a dimensão cultural aos estudos de organização material do núcleo doméstico, estudando os objetos e os artefatos, inova a historiografia, pois busca entendê-los no viver cotidiano, bem como as relações de uso e troca criadas pelos mesmos. (SAMARA; TUPY, 2010, p. 63)

Assim, apesar das inúmeras interpretações possíveis nos aspectos político, social e econômico que podem ser identificados nesse tipo de documento, a pesquisa adiante pretende entrar – até aonde os vestígios históricos possibilitarem – nas casas caipiras do XIX, e esquadrihar o que havia de mobiliário, utensílios, ferramentas, entre outras aparelhagens domésticas utilizadas no passado. Por isso a escolha de tais documentos como fontes primárias, reveladoras de um “cadinho” de cultura que pode apresentar muito sobre a nossa gente.

O inventário: espelho da “ante-morte”

Vamos analisar os chamados “trastes” domésticos (utensílios, ferramentas, móveis, roupas, entre outros objetos pessoais) arrolados nos inventários de três gerações da família Silveira Leite, perfazendo o espaço de tempo que parte de 1837, ano do primeiro inventário, passando por 1875 e chegando até 1913, data do último documento produzido. As três datas identificam a época em que cada um dos inventariados faleceu.

João da Silveira Pedroso, nascido em Itu, em 1767, era filho de Luiz da Silveira Leite e neto de Antonio da Silveira Goulart e Maria Leite da Silva. Antonio, um aventureiro português que veio para o Brasil no início do século XVIII, fixou-se na zona rural do hoje

município de Araçariguama, onde se casou com Maria, filha de antigos paulistas, natural de Santana de Parnaíba (LEME, 1903, p. 213).

No maço de população⁴ de 1796, João da Silveira Pedroso aparece como morador do bairro do Apotribú e como sargento da companhia de milícias do capitão Pedro da Silveira Leite, seu tio paterno. Casado em primeiras núpcias com Maria de Almeida Leite, teve com ela sete filhos. Em 1812, João, viúvo, casou-se com Rosa de Campos Leite, mas desta segunda união não teve mais filhos.

Em 6 de dezembro de 1836, João faleceu aos 69 anos, viúvo pela segunda vez, e foi enterrado em hábito carmelita no jazigo do Carmo, na então vila de Itu. Esta informação combina com outra dada pelo historiador ituano Francisco Nardy Filho, sobre as terras favorecidas pelo Convento do Carmo, na mesma vila de Itu: “*Casa de Telha*, bairro do Apotribú, foi aforado em 1816 a João Silveira Pedroso” (NARDY FILHO, 2000, p. 31).

No ano seguinte ao da morte de João, 1837, o filho Pedro da Silveira Leite procedeu com a abertura do inventário do pai e da segunda esposa, Rosa, onde constam os dois matrimônios e os filhos herdeiros, conforme referidos acima. A título de curiosidade, vejamos um breve resumo do arrolamento dos bens, para termos uma ideia do patrimônio deixado por João na época de sua morte.

São listados quatorze animais, entre vacas, bestas e cavalos, avaliados no valor total de 179\$600 (cento e setenta e nove mil e seiscentos réis); seis escravos por 1:101\$200 (um conto e cento e um mil e duzentos réis); um sítio com casa de engenho, muito ruim, coberta de telha, com engenho muito ordinário, de formas congas e de canos velhos, e um caixão, em terras de foro no bairro dos Olhos D’Água, por 180\$000 (cento e oitenta mil réis); uma morada de casa na Vila, na rua do Comércio, parede de mão muito velha, com quintal, partindo de um lado com José de Almeida Prado e de outro lado com dona Maria Rosa, por 100\$000 (cem mil réis); no tópico “Alimentos”, encontramos 180 alqueires de milho, a 480 réis o alqueire, tudo por 86\$400 (oitenta e seis mil e quatrocentos réis), onze porcos a 1\$280 (um mil e duzentos e

⁴ Censo introduzido pelo Marquês de Pombal, a partir de 1765, contemplando cada residência existente, nome do dono da casa, quantidade de moradores, agregados e escravos, atividade comercial, entre outros dados. Para a capitania/província de São Paulo, existe farta documentação de MPs, disponível inclusive online, no endereço http://www.casadopinhal.com.br/search_textuais/index. Acesso em 15 abr. 2020.

oitenta réis) cada um, totalizando 14\$080 (quatorze mil e oitenta réis), e mais seis alqueires de feijão, a um mil réis por alqueire, ou seja, seis mil réis no total.

Em seguida, são listados 43 itens de trastes (a tralha doméstica, incluindo também ferramentas e peças de trabalho rural), no valor total de 65\$100 (sessenta e cinco mil e cem réis).

A partir destes dados, podemos concluir, numa breve análise sobre o aspecto econômico, que o que João da Silveira Pedroso possuía de maior valor, no momento do seu falecimento, eram os escravizados, confirmando que a mão-de-obra escrava, no período imperial, era peça-chave no sistema agrário vigente. Entre os cativos pertencentes ao espólio há um Joaquim, gentio, solteiro, de quarenta anos de idade, avaliado no valor de duzentos mil réis. Ora, comparando o preço deste com o preço dado à casa que João possuía na vila de Itu (cem mil réis), podemos ver o tamanho da diferença do valor entre uma força de trabalho e uma moradia (COSTA, 1998, p. 97).

Outro aspecto interessante é o que diz respeito à cultura alimentar da família paulista no século XIX. O inventário de João da Silveira Pedroso traz no arrolamento três informações interessantes, precedidas pelo título “Alimentos”. Temos, então, 180 alqueires de milho (cerca de 5.600 litros), onze porcos e seis alqueires de feijão (cerca de 190 litros). A presença do milho indica o que já constatarem autores – de Sérgio Buarque de Holanda (1994) à Rafaela Basso (2012) – sobre a preponderância deste cereal na alimentação dos paulistas; a carne de porco também consta, inclusive, na dieta dos habitantes da São Paulo ainda colonial, conforme está nos inventários consultados por Alcântara Machado (1980); e o feijão, claro, componente básico do prato dos brasileiros em geral.

A descrição do sítio de João (um sítio com casa de engenho, muito ruim, coberta de telha, com engenho muito ordinário, de formas congas e de canos velhos, e um caixão, em terras de foro no bairro dos Olhos D'Água) traz uma imagem típica do ambiente rural de São Paulo em meados do XIX. Na então província, o café ainda principiava o seu reinado, e a produção de cana-de-açúcar era uma das principais atividades daquele momento, como podemos ver nos estudos de Maria Thereza Petrone (1968) e Eni de Mesquita Samara (2005).

Importante notar, também, ao trecho que diz “em terras de foro”, indicando, mais uma vez, a relação do proprietário com o Convento do Carmo.

Até aqui já é possível entrever a quantidade de informações preciosas que um inventário post-mortem pode proporcionar a uma pesquisa histórica. Passemos, então, ao objeto principal de nossa análise: a tralha doméstica.

Atrás da porta...

Antes de estudar o arrolamento dos trastes deixados por João da Silveira Pedroso e Rosa de Campos Leite, é necessário conhecer o que se entendia por “trastes domésticos” no Brasil de 1837, ano do processo de abertura do inventário. Na grande maioria de inventários post-mortem o termo “traste” é encontrado como aquilo que designa os objetos de uso cotidiano e que estão dentro dos cômodos de uma casa, ou de um sítio, já que é possível encontrar também, além dos móveis e utensílios, as ferramentas de trabalho.

O Dicionário da Língua Brasileira, de autoria de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, traz a palavra “traste” com o seguinte significado: “s. m. Corda atravessada no braço da viola ou cithara de espaço em espaço. Huma corda para viola, etc. *Peça do uso da casa*”⁵ (grifo nosso). Recuando um pouco, encontramos no Dicionário da Língua Portuguesa, de Antonio de Moraes Silva, de 1789, o seguinte:

TRÁSTE, s. m. ou *Trasto*, corda de viola, ou arame, no braço da viola, ou citara que o atravessa a espaços, e sobre a qual o tocador comprime a corda do instrumento, para tirar sons mais ou menos fortes em razão da longura, ou curteza da corda que fere. §. Huma corda para viola, ou rebeca. §. *Trastes*, peças de uso, e serviço; v. g. bancas, cadeiras, camas, espada, joias, &c.⁶

Embora o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto seja o mais próximo da época do nosso objeto de estudo, é o significado dado por Antonio de Moraes Silva que melhor traduz o

⁵ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/traste>. Acesso em 9 abr. 2020.

⁶ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/traste>. Acesso em 9 abr. 2020.

conteúdo encontrado no arrolamento dos bens de João da Silveira Pedroso. Utilizaremos esses dois dicionários para compreendermos ainda o significado de outros objetos listados.

Os 43 trastes listados aparecem logo em seguida às descrições do “Cítio”, para reproduzirmos a grafia da época, o que nos leva a entender que se tratava do conteúdo existente na casa do sítio. Entre esses itens, encontramos peças de roupas, como um capote de baeta azul, uma sobrecasaca velha, um chapéu de sol velho, um par de botas e um par de esporas de metal, cinco lenços de seda, novos, três cortes de coletes pintados, um lenço vermelho, dezenove côvados de riscado, treze côvados de chita azul, onze côvados de Picoti, um par de sapatos francêss, e mais dois pares de esporas, cujo metal é prata. Temos aqui, portanto, uma breve ideia do que seria a indumentária dos inventariados.

Mas, o que seriam esses onze côvados de Picoti? Bem, sabemos que a medida de um côvado⁷ equivale a 0,66 metros (ou três palmos). Onze côvados equivalem a 7,26 metros (ou 33 palmos), e, recorrendo aos dicionários de Moraes Silva⁸ e Silva Pinto⁹, descobrimos que “Picoti”, ou “picóte”, tratava-se de um tipo de pano grosseiro, áspero, e, segundo Antonio de Moraes Silva: “de que se vestem os rústicos”. Ora, quem seriam os rústicos para este autor do fim do século XVIII? Procurando o termo no mesmo dicionário¹⁰, temos que rústico é “Camponez”, e, no sentido figurado, “inurbano, descortez”. Ou seja, temos que picote era um tipo de tecido usado nas vestimentas das pessoas que viviam no campo, e, mais especificamente, devia compor o guarda-roupa de dona Rosa. Interessante notar o sentido pejorativo da palavra, equivalente ao preconceito que hoje se tem quando se usa o termo “caipira” para alguém “inurbano ou descortês”.

Prosseguindo na nossa análise, encontramos também, entre os trastes, um livro. Isto é fato curioso, uma vez que, ainda no século XIX, a instrução era baixíssima e raras eram as pessoas que possuíam livros em casa. Em um número considerável das casas brasileiras, principalmente em sítios e fazendas, era comum existir um livro de diagnósticos médicos,

⁷ Conforme tabela de conversão de medidas e valores in MARANHÃO, Milena Fernandes. A opulência relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682). Bauru, SP: EDUSC, 2010 (p. 19).

⁸ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/picote>. Acesso em 13 abr. 2020.

⁹ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/picote>. Acesso em 13 abr. 2020.

¹⁰ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/rustico>. Acesso em 13 abr. 2020.

como os do doutor Chernovitz (DEL PRIORE, 2016, p. 452). Porém, outro objeto arrolado mais adiante suscita novas hipóteses: “um oratório com imagem de estimação”. Uma família católica, abastada, e com um oratório e sua respectiva imagem de estimação, provavelmente tivesse também, portanto, uma bíblia (ou um livrinho de orações).

A presença de um oratório com imagem de estimação revela a religião dos inventariados, e é interessante notar o sentido da palavra “estimação”. Quer dizer, além do uso prático do objeto (cultura material), temos também o significado abstrato que esse objeto continha para os seus proprietários (cultura imaterial).

Entre os móveis deixados pelo extinto casal, ficaram um catre tecido de couro, um catre tecido de couro, velho, um catre tecido de couro, melhor, uma caixinha velha, uma caixa com fechadura, uma caixa velha e um banco. Aqui, tem-se o modesto mobiliário das velhas casas bandeiristas, conforme identificou Alcântara Machado (1980). Os catres, espécies de camas retas, sem adornos, geralmente feitas com materiais do próprio sítio (madeira, cipó, couro de animal), serviram não só aos paulistas, mas a muitos outros brasileiros, como móvel de descanso, por mais de quatrocentos anos¹¹. Também a presença de caixas, que durante muito tempo serviram de guarda-roupa e/ou guarda-comida, indicam as mesmas observações de Sérgio Buarque de Hollanda (1994) e Alcântara Machado (1980).

Entre roupas de cama e mesa, são citados um lençol e uma toalha de algodão, embora o inventário não cite a presença de mesas e nem cadeiras, o que não quer dizer que o casal não possuísse tais objetos em casa. Certas coisas podem ser suprimidas do inventário, seja por interesse dos herdeiros, no momento em que apresentam o patrimônio para os avaliadores, ou por razões simples, como esquecimento, desconsideração pelo baixo valor (e aqui aproveitamos para chamar a atenção para a ausência de galinhas nos arrolamentos dos animais – é raro encontrá-las num inventário post-mortem!) (BACELLAR, 2008, p. 64).

Um estojo velho, duas garrafas pretas, dois tachos velhos (sendo um deles furado), dois pratos de estanho, mais dois pratos de material inferior, uma espumadeira e uma balança

¹¹ Os objetos citados neste artigo podem ser conferidos por meio do Acervo Equipamentos da Casa Brasileira, Usos e Costumes – Arquivo Ernani Silva Bruno, que está disponível para consulta online no site do Museu da Casa Brasileira. <http://ernani.mcb.org.br/ernMain.asp>. Acesso em 13 abr. 2020.

pequena compõem o que poderia ser classificado como material de cozinha. Não há nenhum copo listado, e, mais uma vez, esse “silêncio” não indica necessariamente que não houvesse na casa.

As ferramentas listadas apontam os meios agrícolas da época, e provavelmente eram manuseadas pelos escravos na roça: duas foices, duas enxadas, um enxadão e três machados. Mas parece que havia alguém com aptidões para carpintaria: uma enxó chata, uma enxó goiva e um “esclopo” goiva (o correto deve ser “escopo”, pois poderia se tratar de uma goiva do tipo cinzel, com cabo). Ou será que o próprio senhor João lidasse com tais instrumentos? Há um interessante silêncio aqui também, digno de futuras pesquisas.

Para fecharmos nossa análise dos bens deixados por João da Silveira Pedroso e dona Rosa de Campos Leite, temos dois sinos (para chamar os escravos ao serviço ou às rezas?), uma cilha velha e um laço velho de couro (peças do cotidiano de quem vive no sítio e possui gado vacum e animais de trote), e, finalmente, uma arma de fogo, outra peça muito comum nas moradias rurais, não só de São Paulo, mas de todo o Brasil, seja por questões de segurança, ou pela prática da caça a animais silvestres, que também compunham a alimentação dos antigos habitantes (HOLANDA, 1994).

Como foi dito anteriormente, por ser o inventário um documento repleto de informações de todo tipo, não é objetivo deste artigo trabalhar com dados econômicos (como as dívidas ativas e passivas existentes), embora seja um aspecto relevante a considerar em estudos de comparação entre gerações. Por isso, passando a analisar agora o que foi partilhado entre os filhos, iremos nos deter apenas no que tocou ao herdeiro Pedro, visto ser ele o inventariante responsável, e, também, “cabeça” da segunda geração que nos interessa aqui.

Após a descrição do montante em dinheiro, descontos de dívidas, parte nas terras e nos animais, o escrivão do inventário apresentou a seguinte parte dos bens destinados ao herdeiro inventariante Pedro da Silveira Leite: os dois pratos de estanho, um prato de metal inferior, a caixa velha, um catre tecido de couro (o melhor dos três arrolados), a sobrecasaca, um tacho velho, a enxó chata e o lençol. O porquê de esses itens constarem na parte que tocou a Pedro

não encontra resposta convincente no inventário, embora um e outro herdeiro tenha se manifestado em escolher alguns dos bens.

Mas, passando agora a analisar o arrolamento dos bens deixados pelo mesmo Pedro da Silveira Leite, quase quarenta anos depois, vejamos as diferenças e as semelhanças no modo de vida, por meio dos objetos.

Tal pai... tal filho?

Aberto em 1875, mesmo ano do falecimento de Pedro da Silveira Leite, o inventário deste filho de João da Silveira Pedroso, embora seja menos volumoso em número de páginas, traz um arrolamento bem maior que o do pai. Nas primeiras declarações, aprendemos que Pedro fora casado por duas vezes, tendo deixado filhos herdeiros dos dois matrimônios. A inventariante de seus bens foi sua segunda esposa, a viúva meeira¹² Gertrudes Brandina de Arruda.

Pedro morreu aos 73 anos, e o seu patrimônio, em 1875, era formado por doze escravos (o dobro com relação ao pai), no valor total de 14:550\$000 (quatorze contos e quinhentos e cinquenta mil réis); 76 móveis (a tralha doméstica) em 291\$120 (duzentos e noventa e um mil e cento e vinte réis); 1:958\$000 (um conto e novecentos e cinquenta e oito mil réis) em cavalos, gado vacum e animais de trote; 6:450\$000 (seis contos e quatrocentos e cinquenta mil réis) em terras, cafezais, benfeitorias e casas do sítio e da cidade; 190\$000 (cento e noventa mil réis) em plantações de milho e feijão; e, finalmente, 448\$000 (quatrocentos e quarenta e oito mil réis) em mantimentos (porcos e milho colhido).

Diante de uma herança considerável – é visível que Pedro estava em condição de vida bem mais abastada que o seu pai antes de morrer –, iremos nos deter especialmente na tralha doméstica, que, comparando com a de João da Silveira Pedroso e esposa, apresenta uma grande diferença, não tanto pela quantidade, mas pela qualidade dos objetos.

¹² Quando a cônjuge do falecido está viva, ela é dona de 50%, ou seja, da metade do patrimônio herdado, seguindo o que dizem as Ordenações Filipinas, livro IV, página 949. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4p949.htm> Acesso em 22 abr. 2020.

Dos 76 trastes arrolados, 53 são pertencentes à propriedade rural e 23 à casa da cidade de Itu, localizada na Rua da Palma, hoje Rua dos Andradas. Entre os objetos deste imóvel encontramos uma mesa com gaveta, uma marquesa tecida de palha, seis cadeiras de palha, um escabelo velho e uma mesa com duas gavetas. Portanto, uma tralha mais confortável em relação ao que o pai de Pedro possuía.

Entretanto, os traços caipiras, que não eram exclusividade apenas da população rural, pelo contrário, no modo de vida em Itu, apesar de em 1875 já existirem dois colégios de referência na educação ginasial (Colégio do Patrocínio, para meninas, e Colégio São Luís, para meninos) e uma forte indústria têxtil (Fábrica São Luís), permaneciam marcados em diversos detalhes, pois, nesta mesma casa de Pedro temos a presença do velho e bom catre (quatro unidades, tecidos de couro), uma caixa de pinho (velho e bom guarda-roupa de fácil transporte, vide vida bandeirista), um par de esporas de prata e chapas de fivelas, o que também denota a presença de montaria, principal meio de transporte daquela época. Curioso volvermos para a já citada “marquesa forrada de taboa”. Taboa é uma planta comum em brejos, sempre em grande quantidade, e ótimo material para forragem, servindo até mesmo de jangada, porque não afunda na água.

Não ocultaremos um outro objeto curioso e muito característico do período, cujo sentido hoje pouco tem a ver com a sua utilidade original. Trata-se de “uma boceta de prata”. Aqui é necessário consultarmos novamente um dicionário. O de Silva Pinto diz que é uma “caixa pequena de páo, ou de papelão para guardar nella alguma cousa”¹³. Já Moraes Silva, mais antigo, explica que é uma “caixa pequena de papelão, madeira, redonda, oblonga, oval. [...] guardada com cuidado, e mimo”¹⁴. Uma boceta servia, no século XIX, para se guardar um vício comum entre os brasileiros: o rapé (DEL PRIORE, 2016, p. 339). Mestre Machado exemplifica:

Subi a escada com cautela, para não ser ouvido do mestre, e cheguei a tempo; ele entrou na sala três ou quatro minutos depois. Entrou com o andar manso do costume, em chinelas de cordovão, com a jaqueta de brim lavada e

¹³ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/boceta>. Acesso em 25 abr. 2020.

¹⁴ Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/boceta>. Acesso em 25 abr. 2020.

desbotada, calça branca e tesa e grande colarinho caído. Chamava-se Policarpo e tinha perto de cinquenta anos ou mais. Uma vez sentado, extraiu da jaqueta a *boceta de rapé* e o lenço vermelho, pô-los na gaveta; depois relanceou os olhos pela sala.¹⁵ (grifo nosso)

Indo para o sítio, no bairro do Apotribú, podemos ter uma imagem mais clara da cozinha da residência dos Silveira Leite, por meio das três panelas de ferro, ou de uma caçarola de ferro, um forno de ferro, uma mesa para jantar, uma bandeja, uma cafeteira, um tacho, meia dúzia de colheres e garfos de metal branco, uma colher para sopa de ferro batido, e um trempe de ferro, “utensílio de cosinha de tres pés com hum aro, onde assenta a vasilha, que se põe ao lume”¹⁶, muito usado pelos tropeiros paulistas (DEL PRIORE, 2016, p. 46).

Os móveis, que deviam ficar nos quartos, compunham-se, mais uma vez, dos catres, em número de oito, cinco caixas – forte traço de uma herança bandeirista, vide Alcântara Machado (1980) –, e uma canastra de couro, esta também sempre presente, desde os tempos de “grossa aventura”. Nas ferramentas, há apetrechos de carpintaria, como serra, enxó e plaina, e de serviço de roça, como foices, machados e enxadas. Do serviço doméstico é representante um ferro de engomar a vapor, e da segurança (ou do passatempo?) uma espingarda.

Na partilha dos bens de Pedro da Silveira Leite, a viúva, dona Gertrudes, ficou com a metade que lhe cabia por direito (mais de doze contos de réis), o que incluiu praticamente todos os trastes, bem como um bom número dos escravos, dos animais, das terras, das roças e dos mantimentos, restando a um dos herdeiros, Manoel Joaquim (cabeça da terceira geração aqui estudada), então com vinte anos de idade, além de sua legítima¹⁷ em valor monetário, um cavalo preto, porém, nenhum traste.

Mas é no inventário da mãe, feito dezesseis anos depois, em 1891, que Manoel Joaquim, o inventariante dos bens, recebe seu quinhão, composto por alguns dos objetos da

¹⁵ ASSIS, Machado de. *Conto de Escola*. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. vol. II. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000268.pdf>. Acesso em 25 abr. 2020.

¹⁶ PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira - volume único*. 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/trempe>. Acesso em 25 abr. 2020.

¹⁷ A porção da herança que pertence ao herdeiro, estabelecida conforme a divisão legal.

finada, como uma cangalha¹⁸, um cobertor vermelho, um livro (e desta vez o documento especifica que é uma bíblia), quatro colheres e seis garfos, trastes semelhantes ao que já foi visto nos inventários anteriores.

Tal neto?

Vinte e dois anos depois, em 1913, com a República já consolidada no Brasil, apesar dos inúmeros conflitos do período, é a vez de Manoel ter seus bens arrolados em um inventário solicitado pela viúva, dona Theolinda da Silveira Barbosa.

A título de curiosidade sobre a biografia do nosso terceiro sitiante ituano, uma nota¹⁹ no jornal A Cidade de Ytu descreve que “No bairro do Potribu, no dia 31 do mês passado, suicidou se enforcando-se em uma árvore, o sr. Manuel da Silveira Moraes”. Manoel assinava o sobrenome Moraes talvez por homenagem ao avô materno, Alexandre Luís de Moraes Camargo. E no livro de óbitos do cemitério municipal de Itu encontramos o registro de número 1.774: “1º Agosto 1912 Manoel Joaqm. da Silveira Moraes 50 [idade] Ituano Cazado Lavrador Brrº do Apotribú Estrangulamento [causa mortis]”.

Não discutiremos aqui as prováveis hipóteses para o que teria motivado essa atitude drástica do neto de João da Silveira Pedroso, pois isto é assunto para outros estudos. O fato é que o valor total dos bens arrolados de Manoel Joaquim era de mais de doze contos de réis, e este personagem, também proprietário de um sítio, já não contava mais com a mão-de-obra escravizada, esta extinta no Brasil há 25 anos. Entre os imóveis, há “um quarto para camarada” e “uma casa para camarada”, ou seja, vivendas destinadas à mão-de-obra livre²⁰.

Prosseguindo com os imóveis, o arrolamento descreve “uma casa de morada com três frestas de frente”, o que se pode presumir de que fossem uma porta e duas janelas na fachada.

¹⁸ Armação que se coloca no dorso das bestas para sustentar a carga dos dois lados.

¹⁹ A Cidade de Ytu, ano 018, n. 1339, 3 ago. 1912. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/6371>. Acesso em 2 mai. 2020.

²⁰ Para uma melhor compreensão do processo de mudança do trabalho escravo para o livre, ver a obra exemplar de Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*.

Há também uma casa na cidade, na Rua da Palma. Seria a mesma que consta nos inventários anteriores?

Há animais também, alqueires de terras e pastos, cafezais, semoventes (animais de serviço, como cavalos, bestas e vacas). Porém, com relação aos trastes, este inventário do início do século XX já não traz o mesmo detalhamento de antes. Pelo contrário, na categoria denominada “Móveis” constam apenas quatro itens, sendo eles: um arreio velho para montaria, um armário velho, um relógio de prata de algibeira e “telhas de barro de uma casinha em ruínas, no pasto”. E nada mais. O que teria acontecido? Teriam os herdeiros e a viúva meeira achado que o mobiliário da casa fosse de valor ínfimo para ser considerado no arrolamento dos bens? Ou os avaliadores é que decidiram desconsiderar a tralharía? Respostas para estas perguntas não puderam ser encontradas no documento.

Na partilha final, a viúva Theolinda recebeu cerca de seis contos de réis e o mesmo tanto da outra parte foi dividido entre os seis filhos herdeiros. As terras do sítio foram vendidas, por decisão da família, ainda durante o processo de inventário, e, como três filhos de Manoel já fossem casados e vivendo em outros sítios, a viúva e os três filhos mais novos passaram a morar na casa em Itu.

Considerações finais

Pelo cabedal de informações aqui descritas foi possível concluir o quanto a pesquisa histórica com inventários post-mortem pode produzir de material rico sobre épocas passadas, passando dados mais nítidos não só dos aspectos econômicos e políticos, mas também sociais e, sobretudo, culturais.

Todavia, é importante lembrar que essas informações dizem respeito ao momento do falecimento do inventariado, não contemplando outros momentos de sua vida, e que podem ter sido bem diferentes, conforme indica Carlos Bacellar: “[...] tal documentação retrata o patrimônio de um indivíduo em um momento muito específico, e a qualidade desse patrimônio deve, necessariamente, ser considerada segundo esse momento” (2008, p. 69). E a

autora Luciana Suarez Lopes completa: “A morte é um acontecimento que alcança indivíduos em diferentes fases da vida, de forma a serem distintos os cabedais descritos e as situações em que foram avaliados” (2015, p. 54).

Pode se constatar também, após as análises aqui descritas, o quanto a micro-história possibilita adentrar no passado por meio de observações meticulosas na documentação disponível. Ou seja, não bastam apenas os dados existentes nos inventários. É necessário compará-los com outros, seja em jornais, registros paroquiais, na literatura contemporânea, em genealogias e em dicionários antigos, justamente porque este tipo de metodologia em história carece de beber em muitas fontes, como justifica Ronaldo Vainfas: “O gênero micro-histórico, [...], se ancora em uma pesquisa exaustiva de fontes, por vezes muito variadas, o que se combina com a exposição narrativa e descritiva dos casos” (2002, p. 102).

Por fim, depois de contemplarmos aspectos da vida material de três gerações de uma mesma família (classificável numa zona intermediária da sociedade da época, ou seja, nem ricos, nem pobres), inserida em um modo de vida característico de São Paulo, podemos entender que, apesar das mudanças ocorridas durante o período estudado (1837-1913), o que compreende transformações significativas na economia, na política e na sociedade brasileira, muitos traços permaneceram, relativos principalmente à vida rural paulista, herdeira da vida sertanista e tropeirista dos antigos colonos, entrelaçada aos costumes e tradições dos povos nativos e africanos, como também observaram outros autores (CÂNDIDO, 2010; DEL PRIORE & VENÂNCIO, 2006; ALGRANTI, 2018).

Não podemos concluir em definitivo (isso é impensável com relação à história) se aquela velha máxima dos fins do século XIX é procedente: “pai rico, filho nobre, neto pobre”. Mas, com certeza, uma geração nunca será igual à outra. Ainda há muito que se pesquisar nos inventários dos antigos paulistas, pois este artigo é apenas uma semente que, esperamos, brote, cresça e floresça com muitos frutos.

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico do Museu Republicano de Itu:

Gertrudes Brandina de Arruda/ Manoel Joaquim da Silveira Moraes, 1º Ofício, caixa 140, 1891.

João da Silveira Pedroso/ Pedro da Silveira Leite. 1º Ofício, caixa 46A, 1837.

Manoel Joaquim da Silveira Moraes/ Teolinda Silveira Barbosa. 1º Ofício, caixa 187C, 1913.

Pedro da Silveira Leite/ Gertrudes Brandina de Arruda. 1º Ofício, caixa 108, 1875.

Arquivo Cemitério Municipal de Itu:

Livro de óbitos volume 2 (1907-1929).

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, Leila M. “Famílias e Vida Doméstica.” In: SOUZA, Laura de M. **História da Vida Privada no Brasil, vol 1.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BACELLAR, Carlos A. P. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855.** Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

_____. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B (Org.). **Fontes históricas.** 2ªed., São Paulo: Contexto, 2008. (pp. 23-79)

BASSO, Rafaela. **A cultura alimentar paulista: uma civilização do milho? (1650-1750).** Dissertação de mestrado. Campinas, SP: UNICAMP, 2012.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia.** Trad.: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **O que é História Cultural?.** 2ª ed. Trad.: Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Itu I

R. Madre Maria Basília, 965
13300 903 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Itu II

Rua do Patrocínio, 716
13300 200 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Salto

Pç. Antônio Vieira Tavares, 153
13320 219 Salto SP
T 55 11 4028 8800

CÂNDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**, 11^a Edição. Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Fernando A. da. **E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários post-mortem do século XIX**. *Histórica*, São Paulo, ano 9, n. 60, p. 06-17, dez. 2013.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: UNESP, 1998.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias da gente brasileira: volume 2: Império**. São Paulo: Leya, 2016.

_____. **Histórias da gente brasileira, volume 3: República – Memórias (1889-1950)**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

FURTADO, Júnia F. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla B. LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. (pp. 93-118).

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O Nome e o Como: troca desigual no mercado historiográfico. In: **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178.

HOLLANDA, Sérgio B. de. **Caminhos e fronteiras**. 3^a ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

LEME, Luiz G. S. **Genealogia paulistana**. São Paulo: Duprat, 1903-1905. Disponível online: http://www.arvore.net.br/Paulistana/Lemes_1.htm (pp. 213-214) Acesso em 25 mar. 2020.

LOPES, Luciana S. **Relatos de pesquisa: a utilização dos inventários post-mortem como fonte de dados**. *Informações Fipe*, São Paulo, p. 53-55, jul. 2015. Disponível em:

<http://www.fipe.org.br/Content/downloads/publicacoes/bif/2015/bif418-53-55-pesq.pdf>.

Acesso em: mar. 2020.

MACHADO, José de Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MAGALHÃES, Beatriz R. **Inventários e sequestros: fontes para a história social**. Revista do Departamento de História. 9 (1989): 31-45, FAFICH/UFMG. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572771593c44d8676a059f47/1462202714544/3_Magalhaes%2C+Beatriz+Ricardina+de.pdf. Acesso em Fevereiro 2020.

MARTINEZ, Cláudia E. P. M. **Legados de um passado escravista: cultura material e riqueza em Minas Gerais**. VARIA HISTÓRIA Belo Horizonte, vol. 27, nº 46: p.415-442, jul/dez 2011.

NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Itu, volume 6**. 2ª edição. Itu, SP: Ottoni, 2000.

PETRONE, Maria T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano em Itu (1780-1830)**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____; TUPY, Ismênia S. S. T. **História & documento e metodologia de pesquisa**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. **Micro-história: os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

REITORIA ACADÊMICA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO À PRODUÇÃO
CIENTÍFICA

A história em quadrinhos no Ensino de História: uma análise de “Gen, pés descalços”

Estudante

Lucas BETTINE¹

Professor Orientador

Fernanda COBO²

Coordenador do Curso

Milena Fernandes MARANHÃO

Coordenadora de Pesquisa

Milena Fernandes MARANHÃO

Reitor

Marcel Fernando Inácio CARDOZO

¹ Estudante do 6º Semestre da Licenciatura em História, e-mail: lucasbettine@gmail.com

² Orientadora, professora da Licenciatura em História e do Bacharelado em Cinema, e-mail: fernanda.cobo@ceunsp.edu.br

Itu, SP, 2020

RESUMO

Esse artigo aborda a importância do uso da História em quadrinhos no Ensino de História, a fim de despertar o interesse dos estudantes para questões históricas de modo mais lúdico e atrativo, além de permitir o uso de documentos variados em sala de aula. O objeto de análise é o mangá “Gen – Pés Descalços” (1973 e 1974), de Keiji Nakazawa, que traz o depoimento do próprio autor enquanto uma criança sobrevivente da queda da bomba de Hiroshima.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Quadrinhos; Mangá; Segunda Guerra Mundial.

1. Quadrinhos em Sala de Aula

O ensino de história no Brasil, desde sua institucionalização como disciplina ainda no século XIX, passou e tem passado por grandes alterações em seu conteúdo e forma de aprendizagem, principalmente buscando se distanciar do que era o modelo utilizado até o século XX, que consistia naquele ensino mais factual e positivista focado em datas, números, locais e na figura de grandes homens, sempre buscando um pensamento único de um determinado grupo influente, ou seja, não havia espaço para debate e reflexão.

Bento (2008), em seu ensaio sobre “O saber histórico e o ensino de história”, reflete sobre esses novos “mecanismos” para se ensinar história e alega que a dinâmica do ensino deve se preocupar em colocar professores e alunos como sujeitos da história, pensando no aluno não apenas como um aprendiz, mas também como um produtor de conhecimento. Mais adiante em seu ensaio, o autor continua analisando novas ferramentas para o ensino de história e retrata que o processo de aprendizagem deve dialogar com temas atuais, com os olhos voltados para os interesses dos alunos e, mais do que isso, ter a consciência da responsabilidade social existente na história ao se discutir temas como gênero, direitos

Itu I

R. Madre Maria Basília, 965
13300 903 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Itu II

Rua do Patrocínio, 716
13300 200 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Salto

Pç. Antônio Vieira Tavares, 153
13320 219 Salto SP
T 55 11 4028 8800

humanos, cultura, tecnologia e ciência, transformando assim as aulas em ferramentas para o convívio social.

Pensar o ensino de história hoje é pensar em vencer o desafio de criar novas maneiras de formar e capacitar as novas gerações de nossa sociedade, fazendo-se aproveitar de novas tecnologias e novas metodologias que deixe o ensino mais vivo, dinâmico e concreto para o aluno, visando relacionar novos sentidos para temas uma vez debatidos de modo factual. A história na sala de aula do século XXI deve estar mais próxima da História Cultural e Social e com isso se tornar uma disciplina mais crível e interessante para o aluno. O ensino deve partir do intuito de fomentar mudanças para que os alunos tenham ao menos a capacidade de compreender seus cotidianos a partir de uma reflexão histórica. (BENTO)

As Leis de Diretrizes e Bases de 1996, em conjunto com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, em suas propostas dá o direcionamento de como trabalhar história em sala de aula, em suas linhas, dizem: “criticar, analisar e interpretar fontes documentais de natureza diversa, reconhecendo o papel das diferentes linguagens, dos diferentes agentes sociais e dos diferentes agentes envolvidos em sua produção” (PCNEM, p.74). Com essas diretrizes o professor tem autonomia para trabalhar com fontes diversas, buscando a melhor maneira de dialogar com o aluno, frente o assunto proposto.

Dentro dessas diversidades de fontes, uma que tem se destacado (e é a base de discussão desse trabalho) é a utilização de HQs no ensino de história.

Desde que a Escola dos Annales apontou que podemos perceber evidências da história a partir de cada objeto que signifique a presença do homem, descortinou-se um mundo totalmente novo para o historiador, um mundo muito mais amplo do que aquele observado apenas através da documentação escrita e oficial (PALHARES, 2003, p.08)

Nesse novo universo, novos personagens passaram a constar nas cenas históricas, não mais apenas aqueles detentores do poder. Desde então a história ganhou novos rumos, novos personagens e novas fontes de pesquisa. Com novas ferramentas para se pesquisar história, obviamente de alguma forma isso iria reverberar na sala de aula para o ensino e aprendizado

Itu I

R. Madre Maria Basília, 965
13300 903 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Itu II

Rua do Patrocínio, 716
13300 200 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Salto

Pç. Antônio Vieira Tavares, 153
13320 219 Salto SP
T 55 11 4028 8800

da matéria. A utilização de novas e diferentes linguagens na educação tem contribuído para a dinamização do cotidiano na sala de aula, diversificando a prática do ensino da disciplina, facilitando para uma melhor compreensão e interesse por parte dos alunos para com o assunto trabalhado em sala de aula. (PALHARES, 2003)

Falando sobre a proposta de se utilizar história em quadrinhos em sala de aula, essa ideia busca romper com a metodologia padrão, centrada apenas no livro didático como fonte de informação e reflexão sobre o pensar história no processo aprendizagem. Dessa forma abrem-se novas possibilidades que dinamizam o estudo em sala de aula e o torna mais prazeroso tanto para o aluno, quanto para o professor.

As histórias em quadrinhos podem ser utilizadas para introduzir um novo tema, ou também para se aprofundar em um tema já estudado, mas possibilitando novas abordagens e reflexões. Não existe uma regra ou modo único para sua utilização, porém, ao se utilizar dessa ferramenta em sala de aula, o professor deve ter uma metodologia e um cronograma bem definido para extrair o melhor do conteúdo e fazer a aula ser proveitosa, além de inovadora, aproveitando-se inclusive do seu caráter visual e verbal, com diálogos mais rápidos e objetivos. (PALHARES, 2003)

Sendo assim, não existe um limite para a utilização de quadrinhos na educação, segundo Palhares (2003), ao citar Vergueiro, “o único limite pode ser a criatividade do professor e sua capacidade de bem utilizá-los para atingir seus objetivos de ensino” (Pg.11). A possibilidade de se utilizar HQ em sala de aula é facilitada pela sua capacidade imagética, atrelada a sua forma de escrita. Quando falamos de educação, na maioria das vezes estamos falando de jovens e crianças que normalmente possuem uma visão particular de mundo e da realidade. A criança tem contato com o mundo muito mais através dos sentidos, principalmente de sons e imagens, dessa forma, os quadrinhos possibilitam uma oportunidade maior de expandir sua visão de mundo, cheio de ações, cores e fantasias, novos valores que formulam novos padrões de comportamento.

Como um importante recurso pedagógico, a HQ pode exigir uma maior preparação e estudo por parte do professor que, além de analisar, selecionar e questionar de que forma a

Itu I

R. Madre Maria Basília, 965
13300 903 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Itu II

Rua do Patrocínio, 716
13300 200 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Salto

Pç. Antônio Vieira Tavares, 153
13320 219 Salto SP
T 55 11 4028 8800

história escolhida pode ser utilizada em sala de aula, deve ter também um conhecimento da linguagem do quadrinho e seus elementos, como balões, sequência, ilustrações e etc. Saber diferenciar também seus gêneros e estilos é fundamental, já que existe uma rica e diversa gama de opções, como por exemplo os mangás, que são histórias em quadrinhos de origem japonesa e que têm certa diferença em relação aos quadrinhos produzidos no Ocidente. O mangá que é justamente o gênero linguístico escolhido para discussão desse trabalho.

1.1 A origem do mangá e suas características

A história do mangá se inicia no século XI. Na época eram caricaturas gráficas de animais desenhadas em rolos que contavam histórias. Nos séculos seguintes, os japoneses começaram a adotar o desenho em pergaminhos e gravuras, não sendo raras as ocasiões em que apresentavam temas escatológicos ou eróticos e é justamente desse contexto que nasce o termo mangá, que em tradução literal significa “desenhos irresponsáveis”. Os caracteres de linhas simples (de influência chinesa) e estilizadas, com personagens de olhos grandes, surgiram porque a maior parte da população era analfabeta e essa era a melhor forma de transparecer os sentimentos dos personagens sem a utilização de ideogramas. (SANTOS, 2011).

No decorrer dos séculos o mangá tomou diversas formas em estilo e estrutura, não tendo uma característica de linguagem específica. Isso só foi mudar na segunda metade do século XX, pós Segunda Guerra, com o desenhista Osamu Tezuka, que revolucionou o mangá (e também os animês) para sempre, dando ainda mais ênfase aos olhos grandes e brilhantes, e incorporando aos quadrinhos técnicas cinematográficas e de animação, influências vindas do ocidente muito presentes no Japão, após ocupação dos EUA. O fato é que graças ao grande impacto das obras de Osamu, os olhos grandes e traços expressivos se tornaram algo definitivo no mangá. Muitos autores alegam que essas características se perpetuaram por conta de sua alta carga emocional presente nesses traços tão expressivos e conseqüentemente se conectava mais facilmente ao grande público. (SANTOS, 2011)

O mangá se populariza por sua narrativa imagética composta por uma linguagem verbal e não verbal singular, marcado por traçados e temas específicos, comumente atrelados a aspectos culturais, sociais, históricos e ideológicos que proporcionam ao leitor estabelecer maior contato e adquirir maior conhecimento sobre o Japão.

O consumo do mangá no Oriente e no Ocidente pode ser compreendido por meio de uma estreita ligação entre o leitor e o quadrinho, cuja conexão ocorre pela vivência direta da realidade – lutas, amores, aventuras e até exercícios físicos – para, em seguida, possibilitar o fantasiar. Esse “entrar” do leitor na história ocorre por meio do detalhamento dos desenhos que constituem os cenários, as vestimentas, as armas os gestos e as expressões faciais. (BATISTELLA, 2009, pag.09)

Com todos esses recursos o mangá apresenta para o leitor alguns traços característicos do povo japonês como o conformismo, auto sacrifício, a autodisciplina e rigidez moral, ou seja, o espírito japonês. Dessa forma o mangá reflete uma significação cultural com marcas geográficas, afetivas e religiosas que permitem ao leitor, seja ele oriental ou ocidental, a criação de relacionamentos intertextuais definitivos. (BATISTELLA, 2009)

O mangá pode ser classificado e dividido em diversos subgêneros, isso acontece graças ao reflexo das constantes transformações sociais ocorridas no Japão durante o século XX, dessa forma, cada gênero buscava se conectar com um tipo de público. Dentre os inúmeros subgêneros, o shōnen, o shōjo e o hentai são os mais populares. O primeiro visa alcançar o público masculino, tem entre seus temas principais competições esportivas, lutas, adventos tecnológicos e poderes mágicos. O shōjo visa o público feminino e caracteriza-se por abordar a busca pelo amor. E por último o hentai que tem uma narrativa mais erótica ou pornográfica e reflete alguns fetiches do povo japonês. (BATISTELLA, 2009)

Independente do gênero o mangá tem características próprias que o diferencia das histórias em quadrinhos ocidentais e esses aspectos vão além dos traços. Batistella cita em seu artigo algumas dessas características: a leitura de “trás para frente” onde se lê da direita para a esquerda, uma maior divisão de gêneros e subgêneros para um público segmentado, o ritmo da narrativa, a construção, a apresentação e a profundidade da psique das personagens, o

layout, as onomatopeias, o cenário, os traços em nanquim, os quadros, o movimento das figuras, linguagem gestual e corporal com a qual se expressam os personagens e a iluminação. O modo com que se relaciona a escrita e a imagem. No mangá a escrita não é apenas um meio de transcrição da fala, mas é uma realidade dupla, dotada de uma parte visual. (BATISTELLA, 2009)

É nessa interação entre escrita e imagem, linguagem verbal e não-verbal que o mangá surge. É por meio desses elementos que se encontra sua capacidade de transpor questões do mundo real para o ficcional, é dessa forma que acontece o diálogo com o público, estruturando de modo muito vivo e expressivo esses elementos para abordar questões culturais, filosóficas, folclóricas e históricas. O segredo está no modo com que trabalha todos esses signos.

Por conta de todas essas questões o mangá desde muito cedo esteve ligado como suporte de leitura nos processos de alfabetização e letramento e também ao ensino de aspectos da economia, história e cultura nacional e mundial. Essa tradição do Japão em adotar o mangá como metodologia de ensino é bem diferente do caminho que percorreu a educação no Brasil, onde a partir da década de 60, houve fortes críticas de professores e profissionais da educação sobre a possibilidade de utilizar esse tipo de material como ferramenta de ensino, assumindo assim uma postura proibitória sobre essa questão. (BATISTELLA, 2009).

O argumento principal utilizado baseava-se na capacidade da imagem específica de mostrar, pela ilustração, o que poderia ser referido pelos enunciados verbais, vindo a prejudicar o esforço de ler, pensar e julgar, tornando a literatura puramente visual e levando, assim, os alunos a se habituarem a priorizar o ver em detrimento do ler e estudar. Discutia-se, também, a função da imagem quanto aos problemas advindos do conteúdo das histórias, pois se acreditava na proliferação de revistas que incentivavam a violência ao apresentar cenas de luta (BATISTELLA, 2009 p.9.).

Tais afirmações se mostraram equivocadas, pois foi compreendido que o processo cognitivo da percepção sensorial pode ser dividido em imagem/ visão, imagem e pensamento/ texto. Seguindo essa ordem, Batistella, lembra que:

Itu I

R. Madre Maria Basília, 965
13300 903 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Itu II

Rua do Patrocínio, 716
13300 200 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Salto

Pç. Antônio Vieira Tavares, 153
13320 219 Salto SP
T 55 11 4028 8800

A primeira faz menção à percepção da realidade, à abstração das imagens que constituem a história do leitor e sua subjetividade. A imagem/ pensamento são as imagens internas e particulares que se elaboram do mundo e correspondem às imagens produzidas pelo leitor visando comunicar-se com os outros “expondo, pelo menos e parte, esse mundo subjetivo e imagético que pertence ao indivíduo e que os distingue como sujeitos”. (BATISTELLA, 2009, p.9.).

Já as expressões de subjetividade são chamadas de imagem/texto e é por meio delas que se dá o processo social de interação: a comunicação que implica interação entre dois ou mais elementos, troca de mensagens entre eles, um emitindo informações, outro recebendo e reagindo. Com tamanha complexidade e uma gama de interações e formas de comunicação fica claro que o mangá pode ser um conteúdo extremamente rico e diverso para ser usado em sala de aula.

O mangá possibilita evocar uma reflexão mais crítica sobre os temas abordados em sala de aula, como questões relacionadas à violência, por exemplo, assunto muito corriqueiro nessas obras. O mangá atinge todos os gêneros e faixas etárias, não ficando restrito apenas a um tipo de público. Logo, é uma ferramenta que pode ser explorada de diversas formas, dos mais jovens aos mais adultos, além de comprovadamente ser uma ferramenta de estímulo à leitura. (BRAGA E SPADETTI, 2010).

1.2 – O mangá “Gen – Pés Descalços” em sala de aula.

Depois de discutirmos as possibilidades do uso da história em quadrinho em sala de aula, agora tomemos como exemplo para discussão o mangá autobiográfico “Gen – Pés descalços” (1973) que conta a história de uma criança sobrevivente a queda da bomba de Hiroshima. Vamos explanar como o mesmo pode ser utilizado em sala de aula. Para uma melhor clareza do assunto, separamos três momentos diferentes da obra para a discussão, volume 1 (pag. 180), volume 2 (pag.62) e volume 3 (pag. 198), iremos discorrer como o tema abordado nas respectivas páginas poderiam ser trabalhados em sala de aula. Lembrando que é

apenas um momento específico em cada volume em um imenso campo de possibilidades, onde um capítulo todo poderia ser abordado em aula.



Gen - Pés Descalços, volume 1, página 180 (1973)

Nesse capítulo o Japão está na fase final da guerra, poucos momentos antes de ser derrotado pelos EUA, a fome e a pobreza crescem no Japão de modo desenfreado e a população começa a se questionar sobre os rumos da guerra e o governo começa a oprimir essas pessoas que “ousam” questionar o governo e os rumos da guerra. Na página ilustrada acima temos a clareza disso. Na ilustração temos uma sequência de diálogo que mostra que a família de Gen vem sendo perseguida pelos militares (a serviço do governo) e pelas pessoas que apoiam a guerra (a maior parte da população), dessa forma sofrem retaliações e muitas vezes têm seus serviços para sobrevivência sabotados por essas pessoas.

Nessa página o mangá também trabalha com recursos narrativos inerentes a história que serve para situar o leitor sobre o que acontecia no país no período, é um recurso muito importante para a história e também como apoio pedagógico para ser usado em sala de aula. Dessa forma o professor pode fazer um debate sobre a realidade política e social do Japão no período e as formas de repressão utilizadas pelo governo nacionalista para com a população que se opunha a guerra.



Gen - Pés Descalços, volume 2, página 62 (1973)

O segundo capítulo começa exatamente do ponto em que o outro parou, com Gen fugindo com sua mãe, atrás de ajuda em uma Hiroshima destruída. Mas como conseguir ajudar num lugar onde ou as pessoas estão mortas ou estão morrendo por conta das queimaduras? E as pessoas que sobreviveram vagam pela cidade procurando ajuda sem saber o que aconteceu. Nesse momento do mangá começamos a ter uma maior clareza do tamanho

Itu I

R. Madre Maria Basília, 965
13300 903 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Itu II

Rua do Patrocínio, 716
13300 200 Itu SP
T 55 11 4013 9900

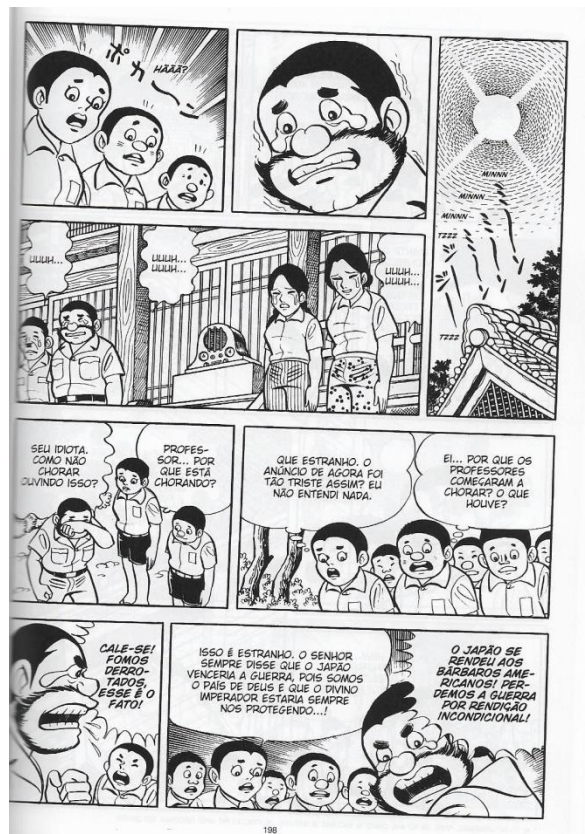
Salto

Pç. Antônio Vieira Tavares, 153
13320 219 Salto SP
T 55 11 4028 8800

da destruição pela cidade, com milhares de corpos pelas ruas, escombros em chamas, pessoas nuas vagando pela cidade com suas peles derretendo.

No decorrer de suas caminhadas vão percebendo que o rancor e a falta de empatia tomaram conta dos japoneses. Graças ao rumo da guerra, ajudar o próximo não parece ser uma opção. As pessoas também começam a perceber o despreparo e a falta de clareza do governo para lidar com a situação, ficam se sentindo abandonadas. Conforme os dias se passam o governo envia caminhões, onde os cadáveres são empilhados aos montes, parecendo serem enterrados numa vala. Os corpos dos feridos vão para os hospitais e prédios públicos que não foram destruídos, porém não há recursos para cuidar da população. Os próprios bombeiros e enfermeiros começam a passar mal por conta do efeito da radiação, alguns começam a sentir náuseas e a vomitar, outros a nascer bolhas pelos corpos e de alguns o cabelo a cair, como é o caso de Gen.

A página separada para ilustração relata justamente os pontos explicitados acima, de caos, dor e abandono em decorrência da bomba. A escolha desse fragmento foi justamente por ele sintetizar perfeitamente a abordagem do capítulo e de uma forma imagética que tem maiores chances de chamar a atenção dos estudantes em sala de aula, para elucidação do tema para reflexão e debate.



Gen - Pés Descalços, volume 3, página 198 (1973)

Nesse volume o autor busca contextualizar a situação do Japão, semanas e meses após a queda da bomba e seu processo lento de reconstrução com grandes dificuldades. No dia 15 de Agosto de 1945, o Japão se declara derrotado na guerra e consequentemente os EUA vitoriosos, o anúncio é feito via rádio pelo próprio imperador, esse fato fica marcado como a primeira vez que todo o povo japonês pôde ouvir a voz do imperador e logo para uma notícia que viria abalar ainda mais nação. Junto com a notícia o povo descobre que os norte-americanos iriam tomar conta do país, nesse processo de reconstrução, fato que gera ainda mais raiva nos japoneses, acostumados até então a guerrear com outras nações e

consequentemente ocupa-las, como acontecerá na Coreia e na China, o que trazia muito orgulho ao povo.

O fragmento selecionado retrata exatamente o momento no qual o povo japonês ouve o anuncio do imperador sobre a derrota do país. É um momento histórico e crucial para o povo e que de alguma forma mudou a história do país daquele momento em diante, é um fato que deixou marcas e cicatrizes para os japoneses. Trabalhar com esse recorte é dar oportunidade aos alunos terem maior clareza do que impacto que esse momento proporcionou ao povo japonês e também ao resto do mundo, afinal foi a primeira vez que aquela nação ouvirá a voz de seu imperador, esse momento foi retratado muitas vezes em livros de história. Levar isso para a sala de aula é ensinar aos alunos o que é trabalhar com recortes históricos e a importância disso para o estudo da história. Pode-se também fazer paralelos com grandes pronunciamentos de diferentes líderes políticos em outros momentos da história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muito tempo escrever sobre história era falar sobre os grandes homens, grandes líderes, tendo como base documentos oficiais. Porém, desde a escola dos Annales, descobrimos que falar sobre história vai muito além dessas importantes figuras, desde então outros pontos de vista passaram a serem considerados, outras formas de documento passaram ser permitidas e não apenas grandes figuras passaram a ter suas histórias contadas.

Ao ler e analisar o mangá “Gen – Pés Descalços” fica claro sua importância, social, cultural e seu valor histórico, não apenas para o povo japonês, mas para todos que amam e querem aprender história. Em suas páginas há sínteses e testemunhos reais e que podem suscitar inúmeros debates sobre as consequências da bomba para Hiroshima e para o Japão como um todo. Se ainda vivêssemos nos tempos da história factual uma obra como essa não seria considerada e muitos perderiam a chance de descobrir fatos sobre esse período da história que diversos historiadores não documentariam, talvez pelo seu caráter de micro

história ou de história vista de baixo, já que toda a obra é escrita sob o ponto de vista de uma criança que sobreviveu a queda da bomba.

Com uma narrativa que mistura o lúdico com o real, o mangá também pode ser utilizado nas salas de aula no ensino de história, trazendo novas abordagens e perspectivas sobre o tema para os alunos e assim fomentar debates e deixar o conteúdo mais atrativo para todos. Fugindo de um modelo cansativo e monótono de texto, seguido de explicação, que muitas vezes não desperta o interesse dos alunos, os afastando do tema. O ensino de história em sala de aula pode ser chamativo e a LDB 9394/96 e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) incentivam a utilização de diversas fontes históricas, com o intuito de deixar o conteúdo mais atrativo para os alunos, dessa forma “Gen – Pés Descalços” é um material essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTELLA, Danielle. **Mangá: O Jogo Entre Palavras**. Universidade de Passo Fundo, 2009.

BENTO, Luiz Carlos. **O Saber Histórico e o Ensino de História: Uma Reflexão Sobre as Possibilidades do Ensino Escolar da História**. Universidade Federal de Goiás, 2012.

BERNDT, Jaqueline. **Comics Worlds and the World of Comics: Towards Scholarship on a Global Scale**. Kyoto Seika University, 2010.

BRAGA, Gabriela Vieira; SPADETTI, Maria das Graças. **Os Mangás Como Estratégia Didática**. XI Encontro Latino Americano de Pós Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2010.

FENELON, Déa. **A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino**. Tempos Históricos vol.12, 2008.

Itu I

R. Madre Maria Basília, 965
13300 903 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Itu II

Rua do Patrocínio, 716
13300 200 Itu SP
T 55 11 4013 9900

Salto

Pç. Antônio Vieira Tavares, 153
13320 219 Salto SP
T 55 11 4028 8800

PALHARES, Marjory Cristiane. **História em Quadrinhos: Uma ferramenta pedagógica para o ensino de história.** Paraná: Programa de Desenvolvimento Educacional, 2008.

SANTOS, Janete. **Mangá: Ascensão da cultura visual moderna japonesa no Brasil.** São Paulo: Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011.